



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



Então, o Parlamento é forte e os partidos são menos fortes. A reforma é para fortalecer, um pouquinho que seja, essa estrutura partidária, para facilitar, precisamente, o encaminhamento das reformas essenciais, que são necessárias.

Aqui, disse o Senador Bezerra, e com razão, nós fizemos muita coisa nos últimos anos. Nós quebramos os monopólios na área econômica, que eram um tabu imenso. Nós os quebramos. Avançamos no processo de privatização. Mudamos a estrutura do Estado. As agências reguladoras substituem, crescentemente, a interferência direta do burocrata na decisão da área do mercado. Começamos a ter um Estado que percebe os sinais do mercado. O mercado emite sinais. Agora, ele não resolve as questões. A resolução das questões depende da sociedade e do governo. Ele emite os sinais. Quando o governo é capaz de perceber os sinais ou não reage a esses sinais, de repente, o mercado pode ser avassalador para o bem ou para o mal. Uma sociedade moderna não é uma sociedade em que o mercado emite o sinal e faz o que ele quer. É uma sociedade em que, emitido o sinal, compreendido adequadamente pelo governo e pela sociedade, se busca uma solução, respondendo a esses sinais, mas procurando um caminho. Então, não é uma sociedade em que a política desaparece, em que o governo perde primazia no encaminhamento. Não. É uma sociedade na qual essas duas realidades não podem ser esquecidas. Elas impõem, em certos momentos, as suas regras e emitem sinais. E nem pode existir uma sociedade em que a política, o governo, o Estado não tenham a capacidade de reagir.

Então, começamos a reorganizar o Estado. Estamos em marcha nesse sentido para que esse Estado possa estar, digamos, em conformidade com os desafios do mundo global, do mercado brasileiro e internacional.

Começamos a mexer naquilo que é essencial, que é o equilíbrio fiscal, sem o qual a estabilidade, ainda que ancorada no câmbio ou nos juros, não tem permanência, se não houver, realmente, uma política de equilíbrio fiscal. E equilíbrio fiscal no Brasil significa, basicamente, enfrentar um questão que é a mais difícil de todas, e que não é

só do Brasil, que é o financiamento da Previdência, que é a grande questão do século que vem. Nós avançamos mais que outros países nessa matéria. O Congresso Nacional, graças à crise, foi sensível e votou leis extremamente austeras, sobretudo no setor público, pela primeira vez. Desde que estou no governo, desde o governo Itamar que lutamos por isso, para tentar dar uma certa ordem.

A sociedade precisa se compenetrar dos desafios. No caso da Previdência, acabou se compenetrando. No início parecia – até porque a oposição assim veiculava: era uma política chamada, mas eu não gosto, porque não é neoliberal – que visava acabar com as garantias sociais. Então, era muito difícil avançar a Previdência Social porque a crosta ideológica era essa. Na verdade, o objetivo era outro. Era mostrar que era preciso ter uma política e viabilizar-se a Previdência no futuro, e que viabiliza o funcionamento das finanças públicas desde o presente, sem o que viria a inflação que iria penalizar as próprias camadas mais pobres. Custou e vai continuar custando. Vamos ter que votar novas leis, que já mandei para lá, a respeito da Previdência Complementar, e vamos ter que continuar lutando nas transformações, que agora são infraconstitucionais. E é fundamental, além disso, no aperfeiçoamento na parte de administração, que continuemos a fazer, que se continuem a fazer todas essas reformas.

Sem dúvida alguma, para que possamos dar os passos seguintes, que vamos dar no Brasil, vamos precisar criar condições de financiamento mais adequadas – financiamento para produção, financiamento para casa própria e para construção em geral, financiamento para infra-estrutura. Vamos continuar nas privatizações, porque são essenciais, porque o Estado não tem mais capacidade de acumulação para continuar investindo em certas áreas de infra-estrutura – e não precisa investir em certas áreas de infra-estrutura.

Vamos continuar, portanto, avançando em certas matérias que são centrais, para que se possa dar isonomia competitiva. Isso tudo vai requerer a continuidade da estabilidade porque, sem ela, não vai haver a queda da taxa de juros. Vamos precisar derrubar a taxa de juros, mas não por um ato do Presidente. Já disse isso aqui, nesta casa, uma

vez, quando havia uma grita forte dos empresários, sobretudo os de São Paulo, para que acelerássemos, desvalorizássemos a moeda e baixássemos a taxa de juros. Fizemos, é verdade que no atropelo, e sem que o governo tivesse tido a condição de limitar o processo, porque não tivemos força para tanto, e viram, e estamos vendo o custo disso. Por isso que não se fazia, e não se fazia tão depressa, porque há um certo custo, mas não adianta chorar sobre o leite derramado. Vamos tirar as vantagens, otimisticamente, da situação que se abriu agora.

Então, agora temos condições para, mantido o rumo, combater a inflação, também; e, progressivamente, estamos baixando as taxas de juros e criando condições de financiamento para que a nossa indústria possa ter essa integração competitiva tão almejada. É isso que tem que ser feito, e é também certo. É esse o outro ponto que eu queria abordar: sem uma reforma tributária, não vamos completar esses processos.

Laboram em engano os que imaginam que, quando digo que precisamos das reformas políticas, no âmbito em que mencionei, que são infraconstitucionais, são aperfeiçoamentos do sistema partidário e, não propriamente, uma transformação mais ampla de todo esse processo, isto é para substituir as reformas. Seria contraditório com tudo que fiz no Brasil até hoje, que foi o contrário. Mas não há impossibilidade de, ao mesmo tempo, fazer-se isso, até porque o Congresso tem duas Casas. Enquanto uma Casa toma conta de um processo, a outra toma conta de outro processo.

Em segundo lugar, não vai bastar isso. Já disse aqui. Vamos ter que continuar votando as leis da Previdência Social que já estão no Congresso. E, sobretudo, como condição necessária para que qualquer reforma tenha, realmente, efeito, vamos ter que votar uma lei de responsabilidade fiscal. Esta lei está pronta. Vai ser enviada ao Congresso. Ela é essencial. Porque, senão, vamos ter a repetição desses braços de ferro entre a União, os estados e os municípios a todo instante, porque haverá desequilíbrio numa esfera da Federação. E a esfera que estiver desequilibrada vai jogar na outra a responsabilidade pelo desequilíbrio.

O Brasil é testemunha dos esforços imensos que tenho feito, e o governo todo, para evitar que, a partir de uma demanda justa, que é criar condições de solvabilidade para os estados que, a partir daí, alguns estados criem uma condição de insolvabilidade para o Brasil. Não vou ceder nesse ponto, porque se ceder, estarei indo contra o interesse do povo e contra tudo que construímos nesses anos todos. Não é assim. Vamos ter que manter a responsabilidade fiscal e precisamos generalizá-la.

Devo dizer que, como disse há pouco, nem sempre a sociedade se abre para a compreensão dos processos. A sociedade começou a entender a necessidade da reforma da Previdência. Devo dizer que muitos Governadores, numa reunião que tive com eles na Granja do Torto, foram, para mim, com grata surpresa, defensores extremados das necessidades da austeridade fiscal. Inclusive na questão da Previdência, o que mostra que o grau de consciência dessa matéria se amplia no Brasil. Pois bem, com relação à reforma tributária, uma vez votada essa – essa uma vez não quer dizer primeiro um, depois o outro, é condição lógica, não é condição temporal – lei de responsabilidade fiscal, nós precisamos batalhar para que a sociedade entenda o porquê da reforma tributária.

As sociedades não entendem por que se fala. Não é assim. Há interesses subconscientes, conscientes, enraizados, antagônicos, conflituosos que são normais, que não permitem que a palavra penetre. A palavra pode penetrar nos corações. Por isso, suma vénia, é mais fácil ser pregador do que ser político. Os pregadores encontram mentes mais abertas, corações mais dispostos a aceitar a linguagem da boa nova – às vezes até profética. Os políticos não têm esse mesmo relacionamento com a sociedade.

A sociedade encontra na palavra dos políticos uma pitada – pitada por generosidade – de desconfiança. Porque acredita que algum interesse não posto sobre a mesa é que está motivando a palavra. E não adianta imaginar que é diferente, porque é assim. No mundo moderno, é cada vez mais assim. E é mais fácil a sociedade acreditar na palavra de descrédito, de crítica, de contra, do que na palavra

positiva, afirmativa. Em certos momentos, isso muda, porque as sociedades se abrem à compreensão dos processos.

Não é uma questão de iluminismo, não é a questão de que a razão vai se sobrepor, não é assim. Se fosse seria mais fácil, bastava uma argumentação. Eu sou meio “habermasiano”, não se preocupem. Sou favorável ao espaço público e ao debate. Mas quando se vê isso numa sociedade, nos interesses públicos, esse debate tem que ser reiterado. E é preciso que se chegue próximo das situações-limite para que, realmente, a boa-nova possa ser aceita como boa e não como camuflagem.

Assim como aconteceu com a Previdência – no fim, as pessoas entenderam, e o Congresso teve uma coragem enorme, em janeiro, de votar medidas, que eu reconheço, duras, contra interesses diretos, muitas vezes, do próprio Parlamentar – vai acontecer com a reforma tributária. Ainda não aconteceu. E quando digo ainda não aconteceu, não é por desânimo, nem é pela visão longínqua do intelectual. É pela compreensão realista do político que sabe que tem que criar condições para que isso aconteça. E que essas condições não significam que a minha vontade é lei. Porque se a minha vontade fosse lei, se a tal Presidência imperial, de que tanto falam, fosse real, não no sentido de monarquia, mas no sentido de ser verdadeira, eu apertaria o botão no hora e estava feito. Só que não é assim. É preciso que haja um processo de ganhar a sociedade.

O governo está convencido, há muito tempo, de que é preciso fazer a reforma tributária. Estou convencido de que agora chegou a hora. E por quê? Não pela vontade minha ou pela vontade do Deputado Germano Rigotto, que é Presidente da Comissão de Reforma, ou pela vontade do Presidente da Federação da Indústria ou dos vários Presidentes, mas porque nós chegamos a um ponto em que a economia está aberta. Vamos manter a estabilidade. A inflação é menor que as Cassandras, como eu digo, gostariam que fosse. A taxa de juros vai cair. Não me perguntem quando nem a quanto, que eu não sei, mas vai. Nós vamos ter, estamos retomando fluxos de exportação. Estamos retomando a vinda de recursos de financiamento. Aí,

vamos nos defrontar com um problema. Apesar de tudo isso, os nossos produtos não são, muitas vezes, competitivos.

E quando se for ver por que não são competitivos, vai se ver que temos um sistema tributário deformado. Essa é a questão. Deformado não tanto porque, perdoem os empresários, mas eu sou um pobre professor, a carga tributária seja tão elevada. Não. A incidência é que está errada. A carga tributária global é discutível porque cada um tem um número, 28 a 30%. O governo não precisa de mais, não é essa mais a questão. A incidência dessa carga tributária está errada, os impostos estão errados, ela é mal distribuída. E ela nem é sempre gasta ou distribuída em termos das responsabilidades que cada esfera de governo assume.

Então, o pressuposto dessa reforma tem que ser da neutralidade quanto aos efeitos distributivos. Não é que o Governo Federal vai querer mais, o estadual mais, o municipal mais, porque se for por aí a briga é infinita e não vai chegar aos 308 votos. Pressuposto tem que ser – eu repito o que disse o Doutor Everardo Maciel, que é o Secretário da Receita. Em geral, os Secretários da Receita querem mais recursos do que o próprio presidente da República. Mas, nesse caso, o Doutor Everardo já disse isso, eu vejo ali o Deputado Ponte feliz da vida com esse pressuposto. O pressuposto é que não se deve, efetivamente, entrar nessa reforma com a idéia de que vamos tirar um pedaço mais. A questão é outra, é de qualidade. Não é de quantidade, é de incidência do tributo, não tem sentido continuar havendo um sistema tributário que, efetivamente, exporta imposto. Não tem sentido. Não vou mudar a Lei Kandir nesse aspecto.

Já estamos resarcindo estados, ou seja, a União está abrindo mão de uma parte do seu pedaço no bolo para compensar alguns estados que, por causa da Lei Kandir – o Deputado não deve nem ir a esses estados, mas não é São Paulo – estão sendo prejudicados. Mas, no conjunto, a Lei Kandir foi na boa direção e ajudou as exportações e ajudou a produção. Então, não é por aí. Não tem sentido, da mesma maneira, haver uma tributação do consumo, como nós temos aqui ICMS, PIS, Cofins, IPI. Tudo isso em cima do consumo. É irracional.

E ainda mais: por causa da distribuição do bolo, a União prefere aumentar contribuições a aumentar impostos, porque ela não divide contribuição com estados e municípios. Então, o Cofins é a vítima desse mecanismo, porque a renda líquida é maior para a União. E, como a União foi sendo diminuída nos seus recursos, sem que, paralelamente, houvesse um redistribuição de responsabilidades, ela precisa de recursos. Então, a lei vai pelo caminho disponível, que é o das contribuições. É o disponível mas não é o melhor.

Bom, no nosso sistema de ICMS, o que nós fazemos? Os estados “exportam” imposto para outros estados, porque o imposto é cobrado na origem. Isso distorce a cadeia produtiva, da mesma maneira. Ora, então vê-se que cada estado pode modificar a alíquota, por lei, como fez agora São Paulo, e outros farão. Mas quando se vai para uma reunião dos Secretários da Fazenda, no Confaz, basta um vetar para que não se possa modificar. Então, por exemplo, na cesta básica de consumo não se consegue diminuir o imposto, porque um estado que produz feijão, digamos, e que feijão seja muito importante para ele, comprehensivelmente, não vai querer baixar o imposto, e paralisa os outros.

Enfim, são tantas irracionais que não é possível que não se consiga agora avançar nessa direção. O próprio IPI é cobrado por alíquotas diferenciadas e a transparência dos critérios é relativa. Por que um produto tem  $x$  e outro tem  $x+10$ ? Não fica muito claro. Fica dependendo de questões mais ou menos tecnocráticas. Houve influências, o que é tão ou mais grave. Alguns desses impostos são, sabidamente, em cascata, como é o PIS e o Cofins. São impostos em cascata.

Então, não há dúvida nenhuma de que estamos fazendo com que alguns produtos tenham uma tributação muito maior do que os seus similares no exterior. E quando o governo tenta corrigir isso com créditos, por exemplo, no Proex, vem a OMC, como agora, no caso dos aviões da Embraer, e diz: “Não. Não pode – não pode.” É verdade de que não diz “não pode” para tudo. Confio na capacidade diplomática do Ministro do Desenvolvimento para mudar essa decisão, que foi errada.

Então, vamos precisar de uma reforma que compatibilize o sistema tributário brasileiro com os outros países, porque, se estamos nos integrando, tem que haver uma compatibilização – com o Mercosul, para começar, e em geral. Então, há uma agenda que começa a ser compreensível à sociedade, desde que partamos da premissa que mencionei aqui, que é da neutralidade distributiva dos efeitos da reforma. Que ninguém queira tirar um pedaço maior para si e que todos juntos nos esforcemos para tirar um pedaço maior para o País e melhorar as condições de tributação e, quanto possível, aumentar a base. Criar impostos que aumentem a base a ser tributada, ao invés de aumentar, de novo, a alíquota sobre aquela mesma base que já está sendo tributada.

Idéias simples. Se não tivermos poucas idéias, idéias simples, não se vai conseguir avançar. Se os impostos puderem ser não-declaratórios, melhor do que o imposto declaratório. Se forem possíveis impostos que tenham um contribuinte substituto, é melhor do que o imposto que não o tenha.

Agora mesmo, na discussão do Congresso a respeito do imposto cujo nome foi variando, se está endereçando a discussão para o melhor caminho. Ou seja, vamos fazer desse um primeiro, mais um passo no sentido da reforma tributária, e não um passo de um imposto a mais. Vamos diminuir um conjunto de impostos. Vamos mudar quem é o contribuinte. Vamos diminuir a sonegação nesse imposto e vamos avançar.

Não cabe a mim, e menos ainda aqui, em um seminário, discutir qual é a melhor técnica de chegar a esses resultados, se é melhor fazer uma reforma global, se se vai pouco a pouco, se se dá os passos, avança aqui, avança ali. Isso é uma discussão do Congresso.

No meio disso está a questão política, que é a questão federativa. Na reunião com os Governadores, na Granja do Torto, eu disse aos governadores que estava disposto a liderar a discussão sobre o pacto federativo, porque por trás de tudo isso a discussão é a do pacto federativo. É dizer qual vai ser a responsabilidade dos três níveis de governo. De que haverá ou não flexibilidade para que os Governadores tenham algum tipo de imposto.

É muito fácil propor transformar o ICMS em IVA – Imposto de Valor Agregado – mas o Governador vai perguntar: “Mas como é que eu ajusto as minhas finanças, se a definição deste valor vai ser dada no Congresso Nacional e não por mim?” É preciso buscar uma resposta para isso. Há exemplos. Nos Estados Unidos, os estados podem botar um delta sobre certos impostos, por exemplo – o imposto territorial, o imposto de renda – e não obstante o *sales-tax* não obedece a isso. Aqui, também, nós podíamos inventar.

Enfim, há muitos mecanismos. O Governo Federal quer a reforma tributária, vai dialogar diretamente com o Congresso Nacional. Vou designar alguém do Governo – já conversei ontem com os Ministros das áreas pertinentes, e não com todos – para designar quem vai ser o interlocutor. Porque é preciso ter um interlocutor do Governo, para que isso possa se encaminhar.

O Governo não vai deixar de, dentro dos limites constitucionais – portanto, sem interferência federativa – assumir a liderança da reforma tributária. Precisa do apoio do Congresso, precisa do apoio da sociedade. Esse assunto tem que ser debatido em nível global – global, da sociedade – para que possa avançar e para que possamos caminhar.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras. Como vêem, a nossa agenda, para que a indústria possa continuar a ser, como eu penso que é, parte fundamental desse novo panorama que se abre no fundo, é rica, está posta e encontrará em mim disposição para, juntos, caminharmos na direção dela.

Temos todas as condições, a despeito do que já mencionei aqui, das trepidações, das turbulências financeiras pelas quais estamos passando – mas já se vê luz no fim do túnel – de continuar no caminho da estabilidade. Porque não podemos perder nunca de vista que por importante que seja a reforma tributária, por importante que seja o crescimento econômico, o nosso compromisso moral, maior, é com o povo mais pobre deste país.

Então, temos que estar sempre lutando com um olho na questão social. Temos que estar sempre vendo que quando defendo a estabili-

dade contra a inflação é porque a população aprendeu que a inflação é o maior dano para ela, porque não dá previsibilidade no orçamento, não dá a capacidade de aumentar, ainda que seja marginalmente, seu consumo. Não dá um horizonte de vida melhor. Quando se luta pela estabilidade, está-se lutando pelo mais pobre.

Mas, também, devo lhes dizer que nesses ajustes que o Congresso propiciou – e o Governo Federal tem, hoje, tranquilidade em afirmar que vai criar o superávit fiscal prometido, de 3% do PIB, o que é muitíssimo, para uma economia em relativa depressão, três, é muito – o Congresso nos deu elementos para isso. Mas nós não vamos fazê-lo – e olho ali, para o Banco Mundial, e já vejo o reparo – sem prestar muita atenção à rede de proteção social que um país como o Brasil não pode dispensar.

Haverá, aí, permanentemente, um olho, para saber se os programas que chegam na ponta da população mais pobre vão ou não ser atingidos. E não podem ser atingidos. Podem, no caminho, porque há muito desperdício nos meios. E aí dá para cortar. Mas nos fins, não.

E muita gente que fala em cortar mais não sei quantos pontos do PIB, é porque nunca sentou numa cadeira, responsávelmente, para tomar decisões, não sabe que a decisão afeta o povo. E, quando afeta o povo, é mais doença, é mais mortalidade infantil, é mais dificuldade concreta da população. E há limites para isso. Há limites para isso. O mercado emite os sinais, mas o governo corrige esses sinais. E põe os limites, também, para essa espécie de voracidade para que o governo corte, corte e corte.

Vamos fazer os 3% do PIB. Faremos o que for necessário, para manter a estabilidade, para combater a inflação, para garantir que a proporção dívida-PIB seja decrescente e se mantenha num nível estável. Mas faremos isso, também, com a consciência moral de que nós estamos dirigindo um país, que é um país muito desigual, em que as populações mais pobres não podem suportar custos além de certo limite.

Não digo essas palavras finais como quem está dizendo: “Olha, cuidado, que não vai ser feito nada”. Não, nós vamos fazer, estamos fazendo o ajuste fiscal. E vamos fazer. Não tenho nenhum receio em

fazê-lo. Já demonstrei que não tenho temor, quanto à questão de popularidade, porque isto, assim, como vai, vem. E, além do mais, quem está no seu segundo mandato tem que pensar é no País. Tem que pensar é a herança que deixa para a sua História e não nos humores dos que estão próximos ou longínquos ou daqueles que, com tanta facilidade, podem usar as palavras, imaginando que afetam a estabilidade emocional de quem comanda.

Não sei se por bem ou por mal, sou otimista. Não sei se por bem ou por mal, sou muito resistente. Não que seja contra as críticas, mas o “couro” é duro, e tenho convicções. Estou no Governo da República porque tenho convicções. Saí da universidade. Os aqui presentes sabem que não tenho outras ligações com a sociedade brasileira, que não sejam as da universidade. E dela saí para a vida política por circunstância de luta contra um regime autoritário. Presidente da República já pela segunda vez. Não tenho por que mudar de convicções. Estamos no caminho certo.

O Brasil vai crescer, vai dar apoio à indústria, terá estabilidade, mas não vai esquecer do seu povo, que é o bem maior que nós temos.

Muito obrigado.